



Educação, democracia e sociedade civil

Manuel Barbosa

Universidade do Minho, Instituto de Educação
mbarbosa@ie.uminho.pt

O objetivo da comunicação é fazer uma revisitação ao tema já clássico da relação entre a educação e a democracia partindo da hipótese de trabalho segundo a qual se verifica, nos países mais severamente colonizados pela governamentalidade neoliberal, uma des-democratização das finalidades da educação e que esse fenómeno é tanto mais funesto quanto compromete a resposta a desafios que hoje assolam a democracia, como é o caso da sua reconstrução como projeto de vida em comum numa era de tensões étnicas, culturais e religiosas, e, ainda, a questão da sustentabilidade ambiental do seu padrão de vida. O texto da comunicação analisa criticamente essa situação e sustenta a necessidade de rearticular mais intensamente a educação com a democracia ao nível das finalidades do ato educativo, não só na escola e nas instituições de ensino, mas também no próprio âmbito da sociedade civil, aí onde ocorre uma grande parte da nossa formação em atitudes, valores e comportamentos. A esta luz, procura-se mostrar que é legítimo esperar da sociedade civil um contributo na formação de cidadãos aptos a corresponderem aos desafios atuais da democracia, seja em termos de interculturalidade, seja em termos de sustentabilidade, e que essa ação ganha pertinência e relevância pedagógica no âmbito das organizações mais emblemáticas da sociedade civil percorrendo determinados caminhos educativos.

Palavras-chave: educação, democracia, sociedade civil

1. Educação e democracia: Da necessidade de reatar os vínculos

Se é verdade, como dizia J. Dewey (2007, p. 88), que a “devoção da democracia pela educação é um facto adquirido”, o mesmo não se pode dizer, hoje em dia, da devoção da educação pela democracia. A dedicação da educação à democracia já teve melhores dias e isso é tanto mais estranho quanto se generaliza a linguagem da democracia e quanto mais esta aparece como “horizonte insuperável do nosso tempo” (Gauchet, 2010, p. 185), seja como método de governação e regime político, seja como estilo de vida e sistema de convivência. A que se deve semelhante desafeição da educação pela democracia? Estamos perante um fenómeno que atinge exclusivamente o campo educativo, ou é um fenómeno mais geral que se manifesta noutras áreas?

O desinteresse pela democracia, para não falar de oposição larvar ou de hostilidade mais ou menos encoberta, não é um fenómeno exclusivo da educação. Atinge, como mostrou Wendy Brown (2007, p. 115-119), vastos setores da sociedade e da política, designadamente as instituições de governação, o princípio da soberania popular e o entendimento dos problemas sociais. Esse desinteresse ou alheamento, na forma de uma rutura de afeto, encontra hoje, no que concerne a educação, uma explicação na des-democratização das suas atividades e dos seus fins.

A des-democratização da educação, responsável por essa desafeição da educação pela democracia, é um processo em curso e é suscetível de fornecer uma grelha de leitura a

várias ocorrências nos sistemas educativos dos países mais severamente colocados sob a férula do neoliberalismo, tanto a nível organizacional e administrativo como a nível didático e pedagógico. Aqui queremos chamar a atenção para a des-democratização das finalidades da educação, no sentido em que isso implica deixar de dar valor, ou prioridade, à formação para a democracia e a vida democrática. O que está em causa, com essa des-democratização, é a colocação da educação, e em particular a escola, ao serviço do economicismo neoliberal, finalizando-a, não para a construção de cidadãos afcionados pelo *ethos* da democracia e das práticas democráticas, desde o trabalho à esfera pública política, mas para a produção de “subjetividades mercantis” adaptadas às necessidades e às exigências da sociedade neoliberal, nomeadamente as que decorrem do universo laboral.

Assim, a razão fundante da educação não é a formação de um cidadão lúcido, crítico e interventivo na condução democrática dos processos sociais e laborais, mas a inserção do indivíduo na economia concorrencial e a interiorização tanto dos seus códigos como das suas regras. Trata-se de sintonizar o educando com as leis do mercado e prepará-lo para a inserção profissional. Como sublinham Laval, Vergne, Clément & Dreux (2011):

[...] tudo deve ser reordenado, pouco a pouco, em função da finalidade profissional dos estudos: definição mais utilitária dos conteúdos das formações, estabelecimento de um ‘livrete de competências’, concebido como um ‘passaporte para o emprego’, pilotagem dos indivíduos para o mundo profissional através de dispositivos flexíveis de orientação e acompanhamento, inculcação do espírito de empresa, multiplicação dos estágios nas empresas e um ensino apresentando uma visão positiva da economia de mercado e das empresas. (p. 208):

A des-democratização das finalidades da educação, inscrevendo-se num registo utilitarista e mercantilista, também se orienta por uma conceção de desenvolvimento humano, só que, nesse caso, o que conta é o desenvolvimento do potencial económico de cada um. Importa, acima de tudo, o desenvolvimento da empregabilidade e da profissionalização. Assim, como reconhecem os autores atrás citados (Laval, Vergne, Clément & Dreux, 2011) o sistema de ensino

[...] já não tem como objetivo ‘formar cidadãos’ aptos a escolher, a julgar e a controlar os seus representantes a fim de que assumam, da melhor maneira possível, o interesse geral. O mundo onde um tal ideal tinha algum crédito está oficialmente acabado. O sistema de ensino deve doravante formar, no plano intelectual e subjetivo, indivíduos que têm de funcionar como ‘empresários de si mesmos’. (p.176)

As consequências da des-democratização, como já dissemos, estendem-se por vários âmbitos e adquirem, em cada um deles, uma fisionomia particular. Aqui, quisemos mostrar como se transmutam, à sua luz, as metas da educação e como isso é nefasto para a democracia, além de redutor para o indivíduo, desde logo durante a fase escolar da sua formação. O que gostaríamos de assinalar agora é que esse atrofiamento das metas da educação, desconsiderando a formação de cidadãos, é tanto mais grave e preocupante quanto as democracias se confrontam, hoje em dia, com desafios que põem à prova a cidadania dos indivíduos, seja em termos de aceitação da diversidade étnica, cultural e religiosa, seja em termos de respeito e de consideração pelo meio ambiente. As democracias atravessam tempos difíceis, desde o risco de fraturas sociais e culturais às ameaças ecológicas ou ambientais, e não se vê como é que alcançaríamos a superação



desses problemas sem uma aposta na cidadanização democrática e ecológica dos seus membros.

Na sua primeira vertente, as democracias precisam dessa cidadanização para se reconstruírem como projeto de vida em comum, aberto a todos, independentemente da diversidade cultural e identitária de cada um. A tarefa é urgente e não pode esperar pelo combate a outro flagelo das democracias atuais: o aumento gritante das desigualdades sociais.

É um facto que há o risco de fratura social grave no seio das democracias se não se puser termo a essas desigualdades obscenas. A “secessão dos ricos” (Rosanvallon, 2011, p. 384) e um “apartheid socioeconómico generalizado” (Martiniello, 2011, p. 60), inclusive nos Estados Unidos e na Europa, são possibilidades reais e não há que ignorar o seu impacto destrutivo nas democracias. Ainda assim, não devem esconder com uma folha de parreira esse outro risco de dissociação e de desgaste das democracias que é o risco de fratura cultural entre raças, etnias, culturas, identidades e religiões, dada a persistência, se não o agravamento, de discriminações raciais, étnicas, culturais, identitárias e religiosas.

A homogeneidade, ficcionada ou desejada, não é, decididamente, o presente e o futuro das democracias. As sociedades democráticas, na sua generalidade, e cada uma à sua maneira, são agrupamentos multiculturais, multiétnicos e multiconfessionais onde coexistem indivíduos e grupos portadores de identidades coletivas, por vezes bastante variadas.

Negar essa diversidade, como assinala Martiniello (2011), seria um erro, não apenas porque não a faria desaparecer, mas sobretudo porque certas identidades e culturas ignoradas correriam o risco de cair no radicalismo e de realmente colocar em perigo a coesão política e social. (p. 39-40)

O não reconhecimento da diversidade cultural e identitária é funesto para a democracia. Não só nega os seus princípios e valores como compromete, definitivamente, as possibilidades de uma vida em comum. Ora, não há democracia sem a organização deliberada de uma vida comum entre pessoas diferentes, e isso desde as “democracias de assembleia” (Keane, 2009, p. 28) da antiguidade clássica. Assim, e porque vai medrando nas democracias multiétnicas e multiculturais uma certa tendência para o separatismo e a fragmentação étnica, cultural e religiosa, especialmente visível nos meios urbanos mais expostos aos novos fluxos migratórios e às interações globais, importa dar especial atenção a um fator que também pode contribuir para restaurar as perspetivas de vida em comum no seio das democracias: a formação de cidadãos aptos a respeitarem a diversidade e a negociarem com ela um *modus convivendi*.

A rearticulação da educação com a democracia e, portanto, com a formação de cidadãos, não se reporta apenas a questões de convivência entre pessoas diferentes, ciosas das suas identidades e desejosas de reconhecimento. Refere-se também, e hoje cada vez mais, a questões de sobrevivência, ou seja, a meios ou recursos que permitam às democracias cumprir com o dever, tantas vezes prometido, de assegurar uma vida decente e digna a todas as pessoas. Ora, como não é possível cumprir essa promessa sem desenvolver nos cidadãos uma forte consciência ambiental dos riscos que ameaçam os ecossistemas, por um lado, e das atitudes que é preciso tomar para proteger os recursos que podem garantir esse tipo de vida, por outro lado, ganha importância a educação para uma cidadania ecológica ou ambiental de vistas largas, ciente dos “riscos globais” (Grande, 2011, p. 107), mas também que muita coisa se joga nos modos habituais de produzir e reproduzir a vida diária (Dobson, 2010, p. 149).



As catástrofes que os cientistas declaram possíveis, e até já em curso, tornar-se-ão inelutáveis se não se operarem profundas mudanças nos comportamentos de produção e consumo a que nos habituaram as democracias, especialmente as que se colocaram na vanguarda do progresso tecnológico e as que mais apostaram no crescimento económico ao longo de supostas décadas gloriosas. A mudança climática, a diminuição da biodiversidade, o esgotamento das principais matérias-primas, os défices de água, alimentos e energia, são ingredientes de uma crise que põe certamente em risco a possibilidade da democracia cumprir com as suas promessas de vida decente e digna, seja nas áreas onde está mais consolidada, seja nos países que a ela aderiram nos anos recentes.

O futuro da democracia, quanto a vida decente e digna, não pode passar por viver a expensas do planeta e seus múltiplos ecossistemas. O bem-estar mínimo, compatível com essa forma de vida, pode ser ecologicamente sustentável e não tem que corresponder a uma acumulação desmedida de bens materiais (Palop, 2011, p. 105). As democracias, para terem futuro, precisam de sustentabilidade ambiental e essa, para se tornar realidade, carece de cidadãos informados e decididos a protagonizarem ações coletivas e iniciativas individuais em prol da sua defesa. A educação é incontornável nessa capacitação dos cidadãos para a defesa da sustentabilidade ambiental das sociedades democráticas e, portanto, da vida que se quer levar no seio das democracias. Uma educação para a democracia, hoje em dia, passa por ativar e capacitar, também, o comportamento de defesa dessa sustentabilidade ambiental, essencial a uma existência humana gratificante e digna de ser vivida, tanto no presente problemático como no futuro incerto. Resta saber se a sociedade civil, nessa tarefa de longa duração e de grande envergadura, também pode ser considerada um agente de educação para a democracia.

2. A sociedade civil: Um agente de educação para a democracia?

A educação é a chave da democracia, quer na edificação, quer nas reconstruções sucessivas, e tudo indica que essa função social democrática não se resume às escolas nem se esgota nelas. Precede as instituições escolares, complementa o seu trabalho e vai além delas, numa dinâmica que também abrange a sociedade civil. Faz algum sentido resgatar e revalorizar a função educativa da sociedade civil em termos democráticos? É a sociedade civil, além da escola democrática, um agente de educação para a democracia?

Qualquer correlação simplista entre sociedade civil e democracia é de evitar, pois as provas empíricas não validam esse tipo de correlações (Roßteutscher, 2000, p. 247). Se há associações que capacitam para a democracia, também há outras em sentido contrário: “Por um lado, há muitas coisas que as associações da sociedade civil fazem pela democracia e, por outro, muitos tipos e combinações de associações não são boas para a democracia” (Burns, 2004, p. 156). A idealização, sem *nuanças*, do potencial democrático e democratizante das organizações da sociedade civil merece ser criticada, pois nem todas as organizações são democráticas:

É evidente que as associações não são todas democráticas. Há algumas que alimentam injustiças, e até se esforçam em socavar as bases do sistema democrático. Numerosas são as associações cujo funcionamento é autocrático e todos podemos citar exemplos de associações dirigidas por demagogos e manipuladores, sem referir os casos onde o poder é monopolizado por inamovíveis dirigentes (Laville, 2010, p. 22).



As organizações da sociedade civil, desde a esfera da intimidade (família) às organizações de caridade, passando pelos movimentos sociais e as organizações não-governamentais, as igrejas, os sindicatos, os grupos cívicos e ambientais, os grupos de defesa de direitos e prerrogativas, as organizações de entreajuda, as coletividades recreativas, culturais e desportivas, as comunidades residenciais, os grupos étnicos e as associações de imigrantes, entre tantas outras realidades organizacionais que formam a rica tapeçaria de entidades constitutivas da sociedade civil, são agências informais e não formais de educação e formação, porém, nem sempre no sentido das regras, normas e valores da democracia. Importa reconhecer, com Otayek (2000), que a sociedade civil, “não sendo forçosa e totalmente democrática, também pode brilhar pela sua incivilidade” (126). Pode ser portadora, como refere mais adiante “tanto de tendências democráticas como tirânicas” (Otayek, 2000, p. 129). Não há uma inocência natural da sociedade civil e as suas instituições também podem fazer muito mal à democracia.

Seja como for, e dentro da moderação que se impõe, é possível ver na sociedade civil um importante agente de educação para a democracia:

As associações podem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos. Esta função pode englobar o fornecimento de informação e a educação dos cidadãos, o desenvolvimento do seu sentido de eficácia política, a promoção das capacidades deliberativas e o desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelos outros e a reciprocidade (Warren, 2004, p. 88).

Evidentemente, cada instituição da sociedade civil tem os seus próprios fins diferenciados. Porém, quando participamos nelas,

[...] também desenvolvemos virtudes cívicas, qualidades que nos preparam para ser bons cidadãos. Aprendemos, por exemplo, a pensar no bem comum, a exercitar a responsabilidade, a abordar interesses em conflito, a defender as nossas opiniões respeitando as das outras pessoas. Acima de tudo, as instituições da sociedade civil abstraem-nos dos nossos interesses privados e egoístas e inculcam-nos o hábito de nos preocuparmos com o bem comum (Sandel, 2008, p. 83).

A preocupação com o bem comum é essencial à democracia e os cidadãos, afeiçoados ao *ethos* democrático nas instituições e movimentos que resistem, desde a sociedade civil, à lógica avassaladora da racionalidade estratégica, egoísta e oportunista tanto do *homo oeconomicus* quanto do *homo munitus*, ou seja, segundo Rosanvallon (2011: 386), do “homem barricado ou fechado sobre si mesmo no entre-si dos seus duplos”, podem ser decisivos na resposta a desafios de interesse comum que hoje assolam as democracias. A sociedade civil, educando os cidadãos, está na linha da frente dos agentes que podem ajudar a afrontar tais desafios.

3. A sociedade civil na resposta a desafios emergentes: Vida em comum e sustentabilidade ambiental

A sociedade civil não é imune aos desafios que emergem nas arenas democráticas e seria uma pena que os seus recursos educativos não fossem aproveitados, desde baixo, na resposta a esses desafios. Antes de mais, na reconstrução da democracia como projeto de vida em comum, hoje desafiada a pôr cobro à fragmentação étnica, cultural e religiosa que



assola os cenários mais cosmopolitas, e que já é visível na organização do espaço urbano sob a forma de enclaves étnicos onde se refugia o *homo munitus*, isto é, o homem que se fecha na comunidade dos iguais. Depois, e como segundo desafio, a busca de sustentabilidade ambiental para um estilo de vida minimamente democrático, ou seja, que assegura decência e dignidade a todas as pessoas através da satisfação das suas mais básicas necessidades.

Se o desafio, no primeiro caso, consiste na reconstrução sociológica da democracia e, portanto, da soldadura de um tecido social em risco de rutura devido a tensões e a conflitos culturais, no segundo já podemos falar em reconstrução ecológica da democracia a qual, imposta pela necessidade de sustentabilidade ambiental, se há-de traduzir, mais cedo ou mais tarde, em novos modos de produção e reprodução da vida diária.

A sociedade civil, apesar de não desfrutar, nem da força do direito nem do poder administrativo, tem uma palavra a dizer na resposta a esse duplo desafio. Desde logo, na pressão que pode exercer sobre os decisores políticos e as autoridades governamentais conforme uma tendência que se enraíza profundamente no movimento associativo: “as associações jogam um papel de pressão social permitindo a expressão de reivindicações” (Laville, 2010, p. 85). Depois, e talvez mais importante e decisivo, ajudando a construir duas artes ou ofícios que se afiguram essenciais: por um lado, a arte de conviver com as diferenças culturais no registo democrático da liberdade de consciência e da igualdade de tratamento; por outro, a arte de viver a vida de forma democraticamente comprometida com os valores ambientais na linha do que é defendido por um certo ecologismo (Palop, 2011, p. 97). Em termos de educação para a cidadania, ou de cidadanização, o investimento e a dedicação da sociedade civil a essas artes equivale, *grosso modo*, a educar para uma cidadania democrática com dois importantes atributos: o intercultural, enquanto dimensão da predisposição para a convivência inclusiva de todos os credos e culturas que respeitem a ordem democrática dos direitos (Martiniello, 2011, p. 127), e o ambiental, enquanto dimensão dos valores que faz falta respeitar para se conseguir, no universo das democracias realmente existentes, a tão desejada viabilidade ecológica de formas de vida decente e digna para todos.

A cidadania democrática, investida com esses dois significados, constrói-se nos dispositivos legais e seria irrealista pensar que não precisa de se transformar, na ordem jurídica das democracias, num estatuto de direitos e deveres. Ainda assim, isso não é suficiente. Se a queremos viva e operante nas arenas democráticas precisamos que se apodere das atitudes e comportamentos das pessoas, tanto das suas disposições quanto das suas ações. Ora, isto só é possível, de forma permanente, com o contributo da sociedade civil, com a influência pedagógica das suas esferas, nomeadamente em termos de fomento da interculturalidade e de promoção de estilos de vida ecológicos.

Quanto à interculturalidade, muito trabalho está ainda por fazer por parte das organizações da sociedade civil. Nunca é de mais insistir, a esse propósito, na necessidade de concentrar esforços em torno de uma “socialização na diversidade” (Barbosa, 2010, p. 1017) como forma de acostumar as pessoas umas às outras e de as tornar mais sensíveis às diferenças culturais. Uma socialização na diversidade, patrocinada e estimulada pela sociedade civil, pelos seus movimentos e associações, ajudaria a vencer o medo dos estranhos, a dissipar os temores ao desconhecido e a adquirir, num contexto de maior proximidade, as competências sociais e relacionais que a vida em comum exige ou solicita, seja para realizar iniciativas e projetos de interesse geral, seja para conviver nas arenas multiculturais das democracias multiétnicas e multiconfessionais.



A socialização na diversidade, abrindo avenidas à interculturalidade desde a sociedade civil, não esgota a contribuição que esta pode dar à “arte da convivência diária com as diferenças culturais” (Bauman, 2008, p. 36). Igualmente importante para a constituição dessa arte nas mentes de cidadãos interculturais é a implicação das organizações da sociedade civil na promoção de virtudes cívicas essenciais, desde a civilidade à disposição para a interação dialogante e o convívio com a alteridade cultural, ou ainda, e já no capítulo das habilidades ou capacidades, o impulso ao desenvolvimento da imaginação narrativa.

Do lado das virtudes cívicas essenciais temos, antes de mais, a civilidade, na medida em que é, segundo Giddens (2007, p. 152), “a expressão quotidiana do cosmopolitismo” e implica, como este, “o respeito pelos outros e a aceitação da diferença”. A verdadeira civilidade, diga-se em boa verdade, “não significa sorrir aos demais independentemente do mal que te fazem, como se os grupos oprimidos devessem ser amáveis com os seus opressores” (Kymlicka, 2003, p. 350). Significa, isso sim, tratar todos os seres humanos como iguais, na condição de nos devolverem o mesmo reconhecimento.

A disposição para a interação dialogante e o convívio com os outros culturalmente diferentes, um pouco à semelhança da civilidade, e talvez mais do que ela, dado não estar enquadrada em dispositivos normativos, está fundamentalmente dependente dos incentivos da sociedade civil. São os estímulos da sociedade civil, desde o âmbito da família aos espaços abertos da esfera pública, passando por redes de sociabilidade no interior de grupos e associações, que levam os cidadãos a dialogar e a conviver com estranhos culturais.

O convívio com os estranhos culturais só pode acontecer na base da interação dialógica e esta, sob a forma de conversação honesta e civilizada, simétrica e igualitária, sem receios e medos, aberta aos mútuos questionamentos e à aceitação, como condição básica, “de que é possível procurar juntos a verdade e a justiça” (Todorov, 2008, p. 285), muito depende das instituições da sociedade civil. Uma conversação assumida e valorizada pelas instituições da sociedade civil ajuda a compartilhar o espaço social com pessoas de identidades diferentes, a aprender com elas e a construir uma base de entendimento mútuo, inclusive quando abundam os pontos de vista e as discrepâncias (Appiah, 2008, p. 20-21).

A imaginação narrativa, essa, sobretudo se for entendida como “capacidade de pensar como seria estar no lugar de outra pessoa, de interpretar com inteligência a história dessa pessoa e de entender as suas emoções, desejos e aspirações” (Nussbaum, 2010, p. 132), também se pode revelar importante para aproximar os estranhos entre si, nomeadamente por razões culturais, e seria uma pena que estivesse alheada das preocupações da sociedade civil nos cenários democráticos, já que as suas organizações, clubes e associações possuem interessantes recursos para promover esse tipo de imaginação, como sejam as que cultivam a expressão dramática, mesmo amadora, a dança e a música, na medida em que estas expressões ajudam a comunicar, a abrir o diálogo, a colocar-se no lugar da outra pessoa, a compreender o seu mundo, as suas emoções, os seus sentimentos e as suas frustrações.

O aproveitamento dos recursos educativos da sociedade civil e de suas organizações não passa apenas pelas questões da interculturalidade e da formação de cidadãos capacitados na arte da convivência diária com as diferenças culturais. Passa também, e essa é a segunda faceta a que damos relevo, pelas questões da sustentabilidade e da formação de cidadãos ecológicos ou ambientais, democraticamente comprometidos com a defesa dos valores que são essenciais à vida decente e digna no seio das democracias. Neste capítulo, a ação dos agentes da sociedade civil já é determinante e pode sê-lo cada



vez mais se incentiva, desde a esfera privada e através de uma pedagogia do exemplo, novos modos de reprodução da vida diária, assentes no ascetismo energético, nos estilos de vida frugais e no consumo ecologicamente responsável. Por outro lado, e tendo agora em conta o papel das associações ambientalistas no âmbito da esfera pública, a reconstrução ecológica da democracia no sentido da sustentabilidade ambiental do seu padrão de vida beneficiará certamente se esses “cidadãos organizacionais” (Burns, 2004, p. 136) não esmorecem na denúncia dos atentados ao meio ambiente e se mobilizam os cidadãos individuais para uma ação de contestação aos modelos de desenvolvimento insustentáveis, porquanto se fundamentam na apropriação desmesurada de recursos naturais não renováveis e na produção de contaminações que comprometem ou anulam, no presente e no futuro, o direito a um ambiente adequado à saúde e ao bem-estar de todos quantos habitam as democracias.

As associações ambientalistas, tomadas pela urgência dos problemas ambientais globais (aquecimento global e mudanças climáticas, modificação dos grandes equilíbrios bioquímicos do planeta, liquidação de espécies animais e extensão das macrocontaminações) são cada vez mais insubstituíveis na consciencialização dos cidadãos para esses problemas e na difusão concomitante de um pensamento cujos valores possam dar origem, a breve trecho, a novas relações com o mundo natural e, por extensão, a uma “democracia verde” (Saiz, 2007, p. 287), apostada numa “economia verde” (Cohn-Bendit & Verhofstadt, 2012, p. 46) e numa modernização ecológica de todo o sistema de produção e consumo.

A sociedade civil tem muito a dar à democracia, quer em termos da educação de cidadãos interculturais, quer em termos de cidadãos ecológicos, e a sua ação, sendo pertinente e relevante nessas áreas, precisa de se articular em dois níveis: por um lado, ao nível da influência imediata sobre os indivíduos através da pedagogia do exemplo no sentido de alterar atitudes e comportamentos; por outro, ao nível da ação política na praça pública a fim de envolver os cidadãos na transformação das condições estruturais que inviabilizam, seja a emergência de uma cidadania intercultural, amiga das diferenças culturais, seja de uma democracia verde ou ecológica, assente na velha sabedoria segundo a qual “a Terra e seus recursos não são uma propriedade incondicional e exclusiva dos que vivem no presente, mas um património das sucessivas gerações humanas que cada geração deve transmitir em boas condições à geração seguinte” (Sempere, 2009, p. 168).

Referências bibliográficas

- Appiah, Kwame (2008). *Mi cosmopolitismo*. Buenos Aires: Katz.
- Barbosa, Manuel (2010). Educação e desafios da multiculturalização: Uma pedagogia da sociedade civil. *Cadernos de Pesquisa*, 141, 993-1023.
- Bauman, Zygmunt (2008). *Archipiélago de excepciones*. Buenos Aires: Katz.
- Brown, Wendy (2007). *Les habits neufs de la politique mondiale*. Paris: Les Prairies Ordinaires.
- Burns, Tom (2004). O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política. In José M. Viegas, António C. Pinto, Sérgio Faria (Orgs.), *Democracia: Novos horizontes e novos desafios* (pp.125-159). Oeiras: Celta.
- Cohn-Bendit, Daniel & Verhofstadt, Guy (2012). *Por Europa!* Madrid: Biblioteca Nueva.



- Dewey, John (2007). *Democracia e educação*. Lisboa: Didáctica Editora.
- Gauchet, Marcel (2010). La democracia. De una crisis a otra. In Victoria Camps (Ed.), *Democracia sin ciudadanos* (pp. 175-198). Madrid: Trotta.
- Giddens, Anthony (2007). *Europa en la era global*. Barcelona: Paidós.
- Grande, Edgar (2011). Riesgos globales y gobernanza preventiva. In Daniel Innerarity & Javier Solana (Eds.), *La humanidad amenazada: Gobernar los riesgos globales* (pp. 107-139). Barcelona: Paidós.
- Keane, John (2009). *Vida e morte da democracia*. Lisboa: Edições 70.
- Kymlicka, Will (2003). *La política vernácula*. Barcelona: Paidós.
- Laval, Christian; Vergne, Francis; Clément, Pierre & Dreux, Guy (2011). *La nouvelle école capitaliste*. Paris: La Découverte.
- Laville, Jean-Louis (2010). *Politique de l'association*. Paris: Seuil.
- Martiniello, Marco (2011). *La démocratie multiculturelle*. Paris: Presses Sciences Po.
- Nussbaum, Martha (2010). *Sin fines de lucro*. Buenos Aires: Katz.
- Otayek, René (2000). *Identité et démocratie dans un monde global*. Paris: Presses Sciences Po.
- Palop, María (2011). *Claves para entender los nuevos derechos humanos*. Madrid: Catarata.
- Roßteutscher, Sigrid (2000). Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia? In José M. Viegas & Eduardo Dias (Orgs.) *Cidadania, integração, globalização* (pp. 233-254). Oeiras: Celta.
- Rosanvallon, Pierre (2011). *La société des égaux*. Paris: Seuil.
- Saiz, Ángel (2007). Sostenibilidad. In Ricardo Zapata-Barrero (Ed.) *Conceptos políticos* (pp. 275-299). Madrid: Síntesis.
- Sandel, Michael (2008). *Filosofía pública*. Barcelona: Marbot Ediciones.
- Sempere, Joaquim (2009). *Mejor con menos*. Barcelona: Crítica.
- Todorov, Tzvetan (2008). *La peur des barbares*. Paris: Robert Laffont.
- Warren, Mark (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia? In José M. Viegas, António C. Pinto, Sérgio Faria (Orgs.), *Democracia: Novos desafios e novos horizontes* (pp. 85-97). Oeiras: Celta.

